

ÉTICA E RACIONALIDADE MODERNA

de **Manfredo de Oliveira**

Ética e racionalidade moderna

Ed. Loyola, 1993.

POR ANDRÉ HAGUETTE

Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da UFC

Inicialmente me foi confiada a tarefa de apresentar três livros de uma só vez: *Os itinerários de Antígona* de Bárbara Freitag; *O mal-estar na modernidade* de Sérgio Paulo Rouanet e os dois volumes de *Ética e sociabilidade* de Manfredo Araújo de Oliveira. Se, por um lado, a tarefa parecia ousada e desproporcionada pela quantidade e importância das obras e de seus autores — certamente entre os melhores intelectuais do país —, por outro, a influência que esses autores tiveram, em livros e artigos anteriores, em meu pensamento e minha práxis cotidiana, dentro e fora da sala de aula, tornava a tarefa mais acessível. Contingências fizeram com que Bárbara, infelizmente, não pudesse estar conosco hoje e que o livro de Sérgio Paulo não chegasse a tempo, restando o livro de Manfredo que nos vem não como segundo volume de *Ética e sociabilidade*, mas com título próprio, *Ética e racionalidade moderna*, embora se insira na continuação das reflexões iniciadas em *Ética e sociabilidade*.

Mesmo assim, gostaria de comentar *Os itinerários de Antígona* e dizer algumas palavras sobre o pensamento de Rouanet, como forma de prestar homenagem a dois intelectuais de renome internacional e de mostrar linhas de convergência com os trabalhos de Manfredo de Oliveira.

O livro de Bárbara Freitag, pu-

blicado em 1992, é excepcional pela oportunidade do tema e, sobretudo, pela qualidade de sua abordagem interdisciplinar. Como fizera anteriormente, com muita originalidade e perspicácia no artigo “O conflito moral” (*in Tempo Brasileiro*, nº 98, 1989), Bárbara aborda a questão ética por seu aspecto mais doloroso, dramático e trágico, o conflito moral, talvez lembrando-se de Hegel quando escrevia a “A Tragédia é a escolha entre o direito e o direito”. Antígona, na peça de Sófocles, vê-se forçada a escolher entre a lei do *oikós*, ou dos deuses, e a lei da *polis*, ou da cidade, dos homens. Mulher de alma forte em um corpo frágil, ela, com o olhar no absoluto, opta pela lei da consciência íntima e enterra seu irmão, *sem medir as conseqüências* de seu gesto, sua própria infelicidade, a infelicidade de sua família e a da *polis*. Bárbara analisa a tragédia pelos ângulos complementares da filosofia, da sociologia e da psicologia genética, chegando a uma conclusão surpreendente para quem, como eu, sempre viu em Antígona o modelo acabado da moralidade: Antígona não atingiu o estágio mais alto da moralidade, tal como descrito por Piaget e Kohlberg; ela age convencionalmente e, por isso, provoca tanta infelicidade e tantas mortes a seu redor. Antígona mostrou-se incapaz, por ser demasiadamente ligada ao *oikós*, à domesticidade, à casa, diria o antropólogo Roberto da Matta, de entrar na hermenêutica da ação comunicativa e de chegar à ética política, da responsabilidade, da *polis*. Permaneceu na moralidade não atingindo a eticidade necessariamente comunitária. Produz-se, então, uma inversão: o vilão, usurpador e tirano de Tebas, Creonte, por encarar o conflito entre as duas moralidades e a me-

dição do diálogo, evolui na sua apreciação moral, muda de posição e se torna capaz de uma moralidade superior, atingindo a eticidade pós-convencional.

Conclusão surpreendente essa de Bárbara, surpreendente e, em grande medida, decepcionante, frustrante, pois o tradicional vilão é apresentado como o portador da moralidade pós-convencional. Como Bárbara foi capaz de chegar a essa inversão?

Porque seu pensamento corre no mesmo leito daquele de Sérgio Paulo Rouanet e de Manfredo de Oliveira, no leito do Iluminismo renovado, ampliado, aberto e no leito da práxis comunicativa, que acredita na fundamentação do universalismo ético pela crítica solidária do discurso situado. Rouanet nos ensinou pedagogicamente, em *Razões do Iluminismo*, e, pelo que depreendo de sua apresentação, continua, com paciência, a nos ensinar em *Mal-estar na modernidade*, que a razão é, ainda, a melhor arma que a humanidade possui para resolver seus problemas, traçar seu itinerário, buscar sua felicidade. Não mais uma razão soberba, hipostasiada, realização terminal e definitiva da contradição do senhor e do escravo, do objeto e do sujeito. Não mais uma razão portadora do sentido realizado da história. Não mais a razão do utilitarismo industrialista e da modernização. Não; uma razão humilde mas serena, aberta aos sentimentos, à paixão; uma razão, portanto, laboriosa e responsável, porque situada, “sempre epocal”, dirá Manfredo num certo barbarismo lingüístico. Racionalismo, sim, mas um racionalismo que busca um sentido — não mais aquele possuidor do sentido — de maneira solidária, política (*polis*) e democrática.

É precisamente deste raciona-

lismo que Manfredo de Oliveira nos fala em *Ética e sociabilidade* e em *Ética e racionalidade moderna*, ou melhor dizendo, desta postura para abordar nossa práxis comunicativa cotidiana. Manfredo, como Bárbara e Rouanet, defende que a postura mais alta do racionalismo se encontra na capacidade de argumentação crítica e comunitária, isto é, solidária e não-solipsista à la Weber ou ao existencialismo, da práxis comunicativa sempre situada e inacabada. Por isso se fala de uma “ética de responsabilidade solidária” (p. 66) — a de Creonte!; diz que “a ética torna possível a ciência” (p. 162); prega “a passagem de uma sociedade do arbítrio para uma sociedade política” (p. 167); ensina “ser o pobre o universal concreto do humano” (p. 151) e vê a religião como a radicalização da existência da práxis libertadora (p. 189).

Por seu estilo, Manfredo de Oliveira é um contador de histórias, talvez como herança daqueles contadores e cantadores que escutava nas praças e nas calçadas de Limoeiro quando ainda menino. Alguns contadores gostam de contar piadas, outros de falar em almas e demônios, outros ainda forjam epopéias e aventuras. Manfredo gosta de contar histórias de filósofos e o faz magistralmente, tanto na sala de aula como em artigos reunidos em livros. *Ética e sociabilidade* é um livro de histórias de filósofos. Nele aparecem alguns artigos: Platão e Aristóteles; alguns modernos, Locke, Kant, Hegel, Marx (Hobbes e Rousseau foram convidados, leia-se na Introdução, mas não puderam, por absoluta falta de tempo, comparecer pessoalmente, sendo a presença deles, todavia, sempre lembrada. Em *Ética e racionalidade moderna* aparecem contemporâneos, sobretudo Apel

e Habermas.

Mas, cuidado! Manfredo não é apenas um contador, ele é um contador filósofo. E o que o filósofo faz? Ele busca “uma reflexão crítica sobre a totalidade da experiência humana” (p. 156), não se limitando a “regiões” dessa mesma experiência, embora jamais consiga definir conteúdos que ultrapassem os humores, a ideologia originária e a epocalidade das normas e valores sociais (p. 156). A filosofia é exigência de *sentido*, da *totalidade do sentido*. Ela pode ser parcial na sua execução, mas não o é no seu projeto, no seu pleito. Ela é, de forma mais específica, “a reconstrução dos pressupostos da práxis argumentativa” dos sujeitos históricos, sendo, portanto, uma reflexão transcendental e não técnica ou mesmo científica.

O leitor atento deve, afinal, desconfiar das histórias contadas por Manfredo. Elas não são anódinas. Manfredo filosofa pela boca dos filósofos, um pouco como Tomás de Aquino firmava sua própria filosofia comentando os antigos para, desta forma, escapar (parcialmente) da Inquisição. Na realidade, Manfredo tem uma obsessão: ele é obcecado pela questão da fundamentação da experiência totalizante humana. Ele vira e mexe, passa de um autor para outro, de um tema para outro (a ciência, a filosofia no Brasil, as ideologias, a tecnologia, etc.), sempre ele cai sobre seus pés, tal um gato, levantando a questão da fundamentação, quer do conhecimento, quer do agir humano, da sociabilidade.

Por isso, creio que haja uma armadilha na narrativa manfrediana sobre os filósofos: eles formam uma fila que parece indicar um caminhar da reflexão filosófica para um ponto de amadurecimento, a ética discursiva de Apel

e Habermas que “justifica o princípio de universalização através de procedimento pragmático-transcendental” e dialético (p. 26). Em outras palavras, ao passar de um filósofo a outro, Manfredo parece passar a idéia, sem jamais tematizá-la, que há, na história da filosofia, uma superação contínua e constante, Aristóteles superando seu mestre, Platão, Hegel a Kant, Marx a Hegel, e, finalmente, Habermas e Apel, montados nos ombros de seus antecessores e de mais alguns sociólogos e psicólogos, Weber, Piaget, Kohlberg, etc., superam todos. Pessoalmente, fico me perguntando se essa leitura é adequada e se os diversos paradigmas filosóficos apresentam uma história seqüencial ou se cada um não possui uma verdade original e definitiva. Senão, por que motivo reler Platão e Aristóteles, por exemplo? Somente por razões históricas e não para descobrir uma fecundidade intrínseca e insuperável?

Em *Ética e racionalidade moderna*, Manfredo é iluminista, como Bárbara e Sérgio Paulo, por expor uma fundamentação racional do princípio de validação das normas éticas, embora advirta que “o princípio moral fundamental obtido por uma reflexão transcendental não pode pretender substituir essas morais históricas, fornecendo apenas uma regra capaz de eliminar, através do debate, todas as orientações normativas concretas, ligadas às diferentes formas históricas de vida impossíveis de universalização. A ética do discurso não fornece orientações de conteúdos pois esses provêm dos contextos históricos, mas um procedimento que pode garantir a objetividade dos julgamentos sobre essas orientações... O que a ética do discurso defende é uma complementaridade fundamental

entre o universalismo ético (formalismo) e as totalidades vitais concretas (historicidade)” (p. 37-38). Eis, portanto, a natureza do Iluminismo e do Racionalismo possível hoje. Um racionalismo que não é mais vitoriano, mas suficiente para dirimir o paradoxo de nossa epocalidade em que “se, por um lado, aprofundam-se o individualismo e o particularismo, desembocando no escândalo moral de uma sociedade das mais iníquas da história contemporânea, por outro há avanço na consciência e na defesa dos direitos que efetivam a dignidade humana” (p. 47). A ética do discurso possibilita, portanto, fundar a ética na sociabilidade, conservando a diferença e o individualizante, mas expondo-os à crítica e à libertação da normatização universal. Produz-se, então, uma reviravolta na fundação da ética comunitária. A fundamentação do agir e da liberdade não se realiza pelo recurso à religião numa sociedade secular; mas pelo recurso à política, isto é, à democracia. Esta possibilidade aberta pode suscitar otimismo, sobretudo para o pobre, elevado, neste trabalho, à condição de portador social de *privilegio ético* (p. 181) — caberia indagar aqui: somente o economicamente pobre ou também o socialmente pobre, as minorias? A ética do discurso, dialógica, fundante de valores e normas universais, política, e democrática, é, também, libertária, pois é “*exigência de uma práxis emancipatória*” (p. 180).

Em um Brasil conturbado, é reconfortante a leitura de *Ética e racionalidade moderna* que fundamenta possibilidades reais de transformação. O Ceará vem se destacando no cenário nacional pela instauração de um fazer político diferente e aplicado. Os trabalhos de Manfredo de Olivei-

ra, como de outros colegas, nas áreas de medicina, sociologia, literatura, matemática, biofísica, etc., mostram que intelectuais também renovam e vivificam nosso conhecimento e nossa práxis. Esses intelectuais nos dão orgulho de pertencer à UFC. Manfredo merece nossas felicitações e nossa gratidão pela liderança intelectual que exerce, sobretudo porque esta qualidade intelectual é complementada por uma integridade profissional e humana de fazer inveja. Que a liderança de Manfredo de Oliveira se exerça por muitos anos e continue a suscitar entre seus colegas e discípulos admiração e incentivo, e entre os “pobres”, solidariedade e uma práxis emancipatória.

MAIRI REVISITADA

de Dominique Tilkin Gallois

Mairi revisitada: a reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral Waiãpi

São Paulo, NHI-USP/FAPESP, 1994. 91 p.

POR ISABELLE BRAZ PEIXOTO DA SILVA

Professora do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da UFC e doutoranda em Ciências Sociais na Unicamp

Mairi revisitada, publicação do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo, é um estudo que nos presenteia com uma inovação no campo etnológico. Ao estudar a sociedade indígena Waiãpi, engloba a circunstância do contato com os colonizadores na história daquele povo, e, mais do que isto, mostra a versão Waiãpi do contato.

Localizados no Estado do Amapá, fronteira com a Guiana Francesa, os Waiãpi são de língua tupi-guarani, distribuídos em 13

aldeias, num território de 583.000 ha delimitados. É um povo com uma longa história de migração, que vem-se deslocando desde o século XVIII, a partir do baixo rio Xingu, premido pela pressão territorial exercida pelos brancos.

Gallois considera que, embora tenham passado por muitas transformações em seu modo de vida, mantém seu padrão básico de organização social, que consiste na independência política e econômica dos grupos locais (Wanako), fundamento da sua autonomia cultural.

A história atual dos Waiãpi é marcada pela ameaça permanente de invasão do seu território por garimpeiros. Não despropositadamente, é a partir do tema da ocupação territorial e das disputas a ela atinentes que o texto nos leva à difícil reflexão sobre a relação entre mito, história e identidade.

Investigando o discurso do Waiãpi, Gallois estabelece algumas classificações: há uma narração mítico-histórica que se dirige para dentro da sociedade e consiste em especulações circunstanciadas em torno da história do contato, funcionando como “discurso-explicação”. Uma outra fala se dirige para os brancos e busca confirmar a sua posição nas relações interétnicas, funcionando como “discurso-ação”.

As narrativas mítico-históricas, por sua vez, se distinguem. Nos relatos históricos os eventos são situados no tempo e no espaço e as fontes de informação são explicitadas. Nas narrativas míticas as informações são mencionadas, havendo alusões a categorias genéricas (“ancestrais”, “primeiros humanos”), sendo o público fundamental porque garante a fidelidade e a continuidade das informações ao longo do tempo.

Numa classificação nativa, elaborada por solicitação da pesqui-

sadora, os discursos são separados por temporalidades diferentes. No tempo de Tomoko há uma relação genealógica e os ancestrais são nomeados. No tempo dos Taimiwer os antepassados são genéricos e as situações não são localizadas historicamente. São atemporais.

A autora apresenta uma coletânea de narrativas, que é o objeto principal, *Mairi – a Fortaleza revisitada*, refere-se ao ponto zero da história do contato, quando a humanidade foi recriada pelo herói Ianejar, dividida entre índios e não-índios, já em posição de confronto. O segundo, *etnogênese*, aborda a composição étnica do grupo e as diferentes modalidades de relacionamento interétnicos posteriores.

Nas primeiras narrativas estão presentes elementos tradicionais da cultura Waiãpi: a pele, o caxiri, o vermelho.

E também elementos modernos que passam a ser significativos para esta cultura, como a escrita, por exemplo. Além de situações e interlocutores que dão a referência do contato e do confronto interétnico, tais como prisão, garimpeiros, brasileiros, franceses, negros, FUNAI.

Na segunda seqüência de narrativas a ênfase está na composição étnica e nos embates entre índios e brancos. Para tanto, articulam diferentes temporalidades e diferentes modos de pensar a descendência, que pode ter origem mítica ou genealógica, não importa. O que importa é a reintegração simbólica da sua totalidade étnica, recompor uma unidade perdida no contato, para o seu fortalecimento frente aos brancos.

O que Gallois demonstra neste trabalho é a interdependência entre mito e história. As narrativas mítico-históricas fornecem material para a reelaboração de

argumentos, a serem utilizados politicamente nas relações com os brancos. Ao mesmo tempo os eventos históricos são selecionados, organizados e interpretados a partir das experiências e exigências do presente, enquanto que as narrativas míticas sofrem certa dissolução, restando pouco espaço à cosmologia.

Desta forma, a pesquisadora detecta as transformações operadas nas narrativas ao longo de duas décadas, a manipulação dos conceitos de temporalidade e das modalidades discursivas, orientadas pelas mudanças na percepção das relações interétnicas; mudanças estas que operam também sobre a auto-imagem Waiãpi, permanentemente reelaborada numa comunicação com as representações sobre o contato. Antes os Waiãpi tinham medo dos brancos, hoje eles têm consciência da espoliação que sofrem e da necessidade de enfrentá-la.

Se as conclusões da autora nos surpreendem e nos deixam com sentimentos de perda e temor por uma certa “razão instrumental” dos Waiãpi, o seu ensinamento maior está na constatação de que as sociedades indígenas constroem a sua própria história.

TRANSIÇÃO CAPITALISTA E CLASSÉ DOMINANTE NO NORDESTE

de Ronald H. Chilcote

Transição capitalista

e classe dominante no Nordeste

Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira,
São Paulo, EDUSP, 1991. 368 p.

POR MÔNICA DIAS MARTINS

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC

Estudioso apaixonado pelo Nordeste, Ronald H. Chilcote, da Universidade da Califórnia (UCLA), esteve por diversas vezes como professor visitante na Universidade Federal do Ceará (UFC), proporcionando nessas ocasiões, àqueles que foram seus alunos, uma convivência intelectual instigante. É com alegria que vemos seu ensaio “Família e classe dominante em duas comunidades sertanejas do Nordeste brasileiro”, por nós traduzido e publicado na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1988, transformar-se no livro que ora comentamos.

A tarefa não é fácil, se considerarmos a extensão do estudo (368 páginas) e a densidade das informações, fruto de um intenso trabalho de levantamento de dados estatísticos, leitura de documentos e de pesquisa de campo, nas cidades de Juazeiro (Bahia) e Petrolina (Pernambuco), ao longo de vários anos, e com maior intensidade em dois momentos distintos da vida política nacional: primeiramente, nos anos de 1969 e 1971, e depois em 1982 e 1983.

A presente obra do professor Chilcote, que tem como tema central a análise das “estruturas de poder local e sua relação com o desenvolvimento/subdesenvol-

vimento”, é complexa e minuciosa, como mostra a estrutura dos doze capítulos que compõem o livro, a saber: (1) O pano de fundo; (2) A estrutura de poder e a classe dominante; (3) Juazeiro: coesão e sectarismo; (4) Petrolina: patriarcado e dominação Familiar; (5) Classe dominante e forma de governo; (6) Classe dominante e economia; (7) As classes dominantes e a vida social; (8) Ideologia; (9) Desenvolvimento e subdesenvolvimento; (10) Participação, mobilização e conflito; (11) O desafio Político à hegemonia tradicional; (12) A intervenção do Estado e as perspectivas da acumulação capitalista.

Inicialmente o livro descreve, de forma sucinta, os principais traços da sociedade colonial do sertão do Médio São Francisco e seus personagens: o vaqueiro, o cangaceiro e o coronel, revelando ao leitor, logo nas primeiras páginas, que seu interesse pela região foi despertado pela leitura da obra clássica de Euclides da Cunha, *Os sertões*. É este o “pano de fundo” para o estudo das tradições e das mudanças em curso na vida político-econômica das duas comunidades pesquisadas.

A tarefa seguinte é uma breve revisão bibliográfica da literatura existente sobre estrutura de poder, destacando os vários enfoques teóricos sobre liderança e detendo-se na concepção de classe dominante, na definição de Marx. Aliando a abordagem teórica à pesquisa empírica, fruto da combinação de vários métodos de estudo de comunidade, o autor identifica as principais famílias detentoras de poder em cada cidade e – por meio de informações obtidas em entrevistas com seus representantes e organizadas em várias tabelas – retrata a atual classe dominante quanto a: origem, sexo, idade, estado civil,

ocupação, nível de aceitação, relacionamento social e de envolvimento com a comunidade, padrões de participação na solução de problemas locais e relações entre o setor econômico e a política.

Para melhor compreender esse processo de formação da classe dominante, com suas atuais características, o autor trata de resgatar a história de Juazeiro e Petrolina, desde o povoamento nos idos do século XVI, baseado em pesquisa de fontes documentais, com ênfase nos mecanismos de coesão (relações de sangue, amizade, casamento, pactos) e de divisão do poder (lutas, disputas e divergências entre seus membros) entre as famílias dominantes e dentro delas, nas formas de controle sobre as atividades políticas – tanto eleitorais como administrativas – e nas relações do poder local com o governo central (“estilos de política”), desde o Império até 1971, passando pela República Velha, Revolução de 30, Segunda Guerra Mundial e o Regime Militar.

No capítulo dedicado a Petrolina, há que se destacar a contribuição valiosa do professor Chilcote, ao oferecer aos leitores alguns dados empíricos fundamentais para a análise da classe dominante, tais como: tabela com as preocupações mais importantes, de 1915 a 1970 (exame de editoriais e reportagens); quadro comparativo das oito famílias dominantes, no período compreendido entre 1893 e 1970; e, o mais precioso de todos, o mapeamento dos vínculos entre as três famílias patriarcais que, desde o início do século XX, compõem a estrutura de poder local.

O autor vai, gradativamente, desvendando a percepção que esse grupo de famílias que domina, política e economicamente, as duas cidades tem de si mesmo, traçando o perfil biográ-

fico dos seus principais líderes e apresentando as avaliações dos detentores do poder sobre sua própria participação na sociedade local, regional e nacional. Em síntese, como se vêem (“opiniões, valores e atitudes”) no seu papel social, como classe dominante, perante:

- o governo local – importância dos grupos institucionais (prefeitura, câmara de vereadores, repartições administrativas, partidos políticos, judiciário, polícia);

- os setores produtivos privados – representação nos principais empreendimentos (financeiros, mineração, agricultura, pecuária, comércio e serviços, indústria), bem como delimitação geográfica da área de influência econômica;

- a vida social – tendência para participação em atividades e organizações cívicas, religiosas, profissionais, sindicais, recreativas, de serviço e culturais.

O capítulo dedicado à ideologia, definida “como os valores e crenças de uma comunidade ou grupo” (p. 214), discute a concordância – ou não – dos membros da classe dominante em relação a afirmações sobre democracia, nacionalismo, desenvolvimento, capitalismo, educação, religião, buscando verificar as tendências progressistas/tradicionais e locais/cosmopolitas; bem como o grau de confiança nos níveis de governo e os padrões de tomada de decisão nas famílias. Dois aspectos são aprofundados no decorrer do estudo: desenvolvimento/subdesenvolvimento e participação/mobilização/conflito.

Primeiramente, o sentido do desenvolvimento para os dirigentes de Juazeiro e Petrolina, instiga o professor Chilcote a fazer uma revisão crítica da literatura sobre a teoria de dependência e do subdesenvolvimento, tema ao qual tem se dedicado com especial interesse, relacionando-a

com a experiência passada e atual da região. Em seguida, investiga a compreensão do conceito de democracia participativa, verificando as opiniões sobre direitos/deveres do cidadão, decisões governamentais, participação eleitoral, detendo-se mais demoradamente na questão da violência histórica do sertão, através da percepção dos membros das classes dominantes em relação a cinco casos: Palmares, Canudos, Cangaço, Padre Cícero e conflitos trabalhistas.

Ao final, procura verificar as mudanças ocorridas, mais recentemente (após seu retorno à região, passados dez anos dos primeiros contatos com a área), em especial do ponto de vista dos problemas enfrentados pelas famílias dominantes para manterem sua hegemonia, diante da instalação de empresas privadas e estatais, sobretudo em Petrolina, e da penetração mais intensa do capital comercial e industrial. Analisa a política no passado e no presente, através das eleições municipais de 1972 a 1982, assinalando o processo, ainda que parcial, de renovação de lideranças. Conclui que há evidências de ruptura com a sociedade tradicional, mas que “a transição para o capitalismo, embora em curso, ainda não estava completa” (p. 342), mostrando como a intervenção do Estado na região, amparada em projetos e créditos de organismos internacionais (Sobradinho, Projeto Nordeste, entre outros), tem afetado os padrões até então dominantes.

O livro do professor Ronald Chilcote, pela riqueza de relatos e pelo vasto material documental, é uma referência teórico-metodológica indispensável aos estudiosos da temática do Nordeste, nas suas múltiplas abordagens interdisciplinares de política, economia, história, sociologia,

antropologia. A obra vem preencher uma lacuna importante no conhecimento da sociedade brasileira, que é o estudo da região do semi-árido, por meio de um enorme esforço de pesquisa do concreto, fugindo do risco das generalizações. O tratamento inovador das estruturas de poder local, enfatizando a visão de mundo das classes dominantes, revela alguns segredos sobre as famílias que compõem a elite nordestina.

O leitor atento, certamente, encontrará limitações – mais da comentarista do que o autor – que esperamos se transformem em curiosidade intelectual para aprofundamento crítico das idéias aqui apresentadas.

MÃOS DE MESTRE

de Sylvia Porto Alegre

Mãos de Mestre: itinerários da arte e da tradição.

São Paulo, Editora Maltese, 1994. 155 p.

POR MARTINE KUNZ

Professora do Departamento de Letras Estrangeiras da UFC

O belo livro de Sylvia Porto Alegre delinea com rigor e sensibilidade o universo dos artistas populares no Nordeste, “um segmento sem rosto e sem nome, que em nosso país nem sequer faz parte dos cadastros profissionais e das estatísticas oficiais: o das outrora denominadas artes e ofícios, que hoje costumam ser rotuladas de arte e artesanato popular”.

Arte, artesanato? Artista, artesão, arte popular? Um termo se perde nos confins do outro; nem sempre é possível resolver as hesitações semânticas. Os termos evoluíram, já foram mais próxi-

mos em outras épocas, distanciaram-se, perderam de vista o laço de parentesco, se deram as costas até. Essas mudanças de significado foram acompanhadas de juízos de valor diferenciados, reveladores de outras modificações relativas à integração social de artesãos e suas relações com o mercado circundante.

A autora toma o cuidado de identificar e delimitar os conceitos a serem utilizados. Esse embasamento teórico nos oferece palavras-ferramentas a serviço de uma compreensão segura. Nada de hermético, a clareza do texto favorece o prazer da leitura sem desmerecer a profundidade da pesquisa.

Uma pesquisa rica em descrições e observações. O olhar do pesquisador é privilegiado. Quando citadas, as teorias estimulam a reflexão, não se tornam camisas-de-força de uma realidade domada. A batalha é outra.

O “chão concreto” das investigações e análises da autora é o material colhido ao longo dos anos de convivência com os artesãos do Ceará. Os depoimentos e histórias de vida dos entrevistados constituem a base da sua reflexão. A tese de doutorado apresentada em 1988 fornece outro sustentáculo. Em *Arte e ofício de artesão. Histórias e trajetórias de um meio de sobrevivência*, a antropóloga procura “recuperar a trajetória de um antigo meio de sobrevivência das populações pobres, que ainda permanece ativo, tanto nas cidades como no campo”.

Essas duas fontes nos lembram a história longínqua do artista popular e enriquecem a reflexão sobre a condição do artista e do artesão hoje. “Nada mudou e tudo mudou”, constata a autora. A partir da “vista de dentro” da concepção e execução da obra e dos valores a ela atribuídos, seguin-

do critérios internos ao trabalho artesanal, a pesquisadora percebe “um eixo de continuidade, embora com rupturas, através do tempo”.

Por outro lado, ela também constata que “do ponto de vista da inserção do artista e artesão na sociedade mais ampla, isto é, no que se refere à sua posição social e às relações externas que se estabelecem com o universo da oficina, as transformações foram enormes e irreversíveis.”

Se a questão levantada pela autora permanece complexa, a saber “as relações entre o poder criador dos indivíduos e dos grupos e sua memória social”, esse livro tem o mérito de expô-la com clareza, de fazer com que o leitor percorra indagações alheias com o prazer da descoberta, aviste diversos rumos de reflexão, aprenda como palmilhar novos caminhos, siga com a autora esses “itinerários reconstruídos”, onde texto e imagem completam-se, integrando-se de modo feliz.

Mãos de mestre nos convida a render uma justa homenagem à arte popular, à sua resistência e vitalidade, à sua tradição e criação.